

## IPPP RESTAURA MAIS DOIS BENS TOMBADOS PELO PATRIMÔNIO HISTÓRICO pag. 4



FAZENDA AURORA DA PREFEITURA DE ARARUAMA



A IMPORTÂNCIA DAS SALAS DE CINEMA DIGITAIS NO INTERIOR pag. 10

SEGURANÇA PÚBLICA: MOMENTO DE REFLEXÃO pag. 14

RESPONSABILIDADE SOCIAL: IPPP NA INCLUSÃO DIGITAL pag. 17



EDITOR E JORNALISTA

RESPONSÁVEL

Luiz Marchesini

Mtb. 17.450

DIAGRAMAÇÃO/EDITORAÇÃO

ELETRÔNICA

Martha Braga

FOTOS DA CAPA

REVISÃO

Emília Teles

IMPRESSÃO

Iarte

TIRAGEM

20.000 exemplares

CIRCULAÇÃO

Nacional

DISTRIBUIÇÃO

Gratuita e dirigida



Instituto de Professores  
Públicos e Particulares

Av. Rio Branco, 185 - sl. 1312

Centro - Rio de Janeiro - RJ

CEP 20040-000

Tels: (21) 2533-0504

Fax: (21) 2533-8174

E-mail: [ipp@ipp.org.br](mailto:ipp@ipp.org.br)

Site: [www.ipp.org.br](http://www.ipp.org.br)

PRESIDENTE

Roberto Francisco Marchesini

DIRETOR

João Batista de Moraes Júnior

## Índice

Editorial	3
IPPP na defesa do Patrimônio Histórico e Nacional	4
Câmara Municipal do Rio de Janeiro é restaurada	5
IPPP restaura Fazenda Aurora da Prefeitura Municipal de Araruama/RJ	8
Mais salas de cinema para Brasil Nilson Rodrigues	10
IPPP lança o Cine-Praça	12
Algumas reflexões sobre Segurança Pública no Brasil Maria do Carmo Ibiapina de Menezes	14
Uma nova ferramenta de gestão José Guilherme Whitaker Ribeiro	17
Responsabilidade Social por meio da Inclusão Digital	18

A

A restauração do patrimônio histórico, artístico e cultural do prédio da Marinha, na rua Teófilo Otoni no Centro da cidade do Rio de Janeiro e logo depois do prédio do Palácio Tiradentes, sede da Assembléia Legislativa do Estado, realizada pelo Instituto de Professores Públicos e Particulares marcou o início do movimento da instituição para promover restaurações históricas preservando o patrimônio histórico nacional, de acordo com os seus objetivos estatutários.

Atualmente, o IPPP está finalizando a restauração de dois importantes bens tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural - INEPAC – do Estado do Rio de Janeiro: o Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara Municipal do Rio de Janeiro e o prédio da Fazenda Aurora, atual sede do Museu Arqueológico da Região dos Lagos, pertencente à Prefeitura Municipal de Araruama.

Além de 36 obras de arte históricas, algumas medindo mais de 10 metros de largura por dois de altura, o IPPP está restaurando todo o Palácio Pedro Ernesto em seus mínimos detalhes, inclusive o telhado. É a maior obra de restauração já realizada pelo IPPP. A restauração da sede da Fazenda Aurora, em Araruama, resume-se às pinturas nas paredes e afrescos do século passado e aos ornamentos em folha de ouro do teto.

De acordo com o que há de mais moderno em técnicas de restauração e graças ao trabalho de profissionais especialistas no assunto, todos professores com ampla experiência, o IPPP vem consolidando parcerias fundamentais para o trabalho de restauração em prédios históricos, como a Fundação Oscar Niemayer, por exemplo.

Outro objetivo do IPPP é promover a Responsabilidade Social, contribuindo para a valorização do brasileiro por meio da educação e da inclusão digital. Para o instituto, toda instituição deveria seguir este caminho para doar e criar, nem que seja um pouco, oportunidades para as comunidades menos favorecidas, apostando no crescimento da Nação, com consciência e cidadania.

O IPPP vem desenvolvendo, com recursos próprios, atividades gratuitas de capacitação e apoio à população da cidade do Rio, por meio de ações como o programa *Inclusão e Ação* e o patrocínio da creche Grupo Comunitário *Maria-Maria*, na favela da Rocinha.

Em parceria com o Museu da República, pertencente ao Ministério da Cultura, a *Inclusão e Ação* do IPPP desenvolve cursos de informática em várias áreas nas dependências do museu, já tendo matriculado mais de duas mil pessoas, muitas delas pertencentes à terceira idade, público majoritário ao redor do Museu da República. O IPPP e o Museu da República estão analisando o oferecimento de um novo curso aberto à comunidade: o de restaurador de patrimônio histórico.

Outro projeto de inclusão, mas desta vez social, é o patrocínio da creche Grupo Comunitário *Maria-Maria*, localizada na Rocinha, que viabiliza a sustentação do apoio pedagógico integral a 70 crianças de zero a quatro anos. Crianças estas que não têm onde ficar enquanto as mães vão trabalhar.

Uma contribuição sem igual para a inclusão de milhares de pessoas ao mundo da informática e Internet, o futuro da sociedade moderna, e para a vida, no caso destas 70 crianças, que poderiam muito facilmente ser desvirtuadas para outros caminhos não dignos e sem retorno, caso não tivessem a atenção e a educação que estão recebendo.

Ponto para o IPPP, ponto para a sociedade.

*Roberto Francisco Marchesini*  
Presidente do IPPP

# IPPP ENGAJADO NA DEFESA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E DA CULTURA DO ESTADO DO RIO

O Instituto de Professores Públicos e Particulares, preocupado com o resgate da memória nacional, tem desenvolvido ações concretas em prol da preservação do Patrimônio Histórico. O IPPP vem restaurando importantes patrimônios culturais tombados pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC. Com uma equipe de professores especialistas em restauração, com cursos em Veneza e Florença, na Itália, o IPPP, após restaurar obras de arte da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, está concluindo duas importantes restaurações: a do palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, e da sede da Fazenda Aurora, o primeiro museu Arqueológico da Região dos Lagos, em Araruama, pertencente ao governo local. Saiba como foram os processos das duas restaurações

# Restauração da Câmara Municipal do Rio de Janeiro



O Instituto de Professores Públicos e Particulares, após restaurar com sucesso o patrimônio histórico da Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, está terminando a restauração completa do Palácio Pedro Ernesto, sede da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Baseado no projeto de restauração da Câmara, elaborado pelo arquiteto Wallace Caldas, diretor da empresa Ópera Prima e aprovado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural – INEPAC, o IPPP vem realizando a restauração do palácio a fim de resgatar a função original do prédio, construído na década de 20.

A restauração realizada é a maior em um patrimônio público pela qualidade e quantidade de bens, de valor histórico, integrados. Todos os procedimentos laboratoriais foram realizados de acordo com as normas inter-

nacionais de restauração em patrimônio artístico cultural antes do início das obras. O projeto consiste em restaurar todo o interior da Câmara dos Vereadores, incluindo a preservação histórica de 36 pinturas a óleo dos séculos XVIII e XIX.

“A pintura de Eliseu Viscondi no salão de entrada do prédio, já restaurada, é o maior tríptico (composição de três telas) em *marouflage* (tela a óleo colada no reboco da parede) do Brasil que eu conheço”, diz o arquiteto Wallace, especialista em restaurações históricas e profundo conhecedor do projeto de construção do Palácio Pedro Ernesto.

Até o fechamento desta edição foram totalmente restaurados o Plenário, o hall principal da entrada do Palácio, o salão Nobre e o Salão do Cerimonial. Todo o madeiramento que

compõe as parades (boiseries) foi reintegrado. As esquadrias e paredes foram pintadas com tons e modelos originais e 36 obras de arte que compõem o rico acervo da Câmara foram restauradas de acordo com a época em que foram feitas.

O conjunto arquitetônico e urbanístico da região da Cinelândia, centro do Rio, o qual a Câmara dos Vereadores integra com os prédios do Theatro Municipal, do Museu Nacional de Belas Artes, da Biblioteca Nacional e do prédio da Justiça Federal, é único por suas peculiaridades históricas e arquitetônicas, permitindo as pessoas nos dias de hoje perceberem como era a cidade do Rio de Janeiro no início do século, em sua parte mais nobre.

Portanto a restauração do Palácio Pedro Ernesto, desenhado pelo arquiteto Heitor de Mello e construído entre 1920 e 1923 pelos arquitetos Arquimedes Memória e Francisco Cuchet, os mesmos que construíram o *Jockey Club* e o Palácio Tiradentes, atual Alerj, é um marco para a cidade, que receberá o palácio totalmente restaurado. Não apenas as obras de arte que compõem o acervo da Casa, mas cada detalhe, das ornamentações ao madeiramento, dos lustres de cristal aos móveis revestidos em folha de ouro passando até mesmo pela pintura geral.

Cerca de 38 operários especializados, entre marceneiros, serralhei-



As obras na Câmara tiveram todo o cuidado necessário, digno da preservação comumente realizada pelo IPPP em prédios históricos



ros, pintores, entre outros, estão trabalhando nas obras físicas e 12 artistas na restauração das obras de arte. Toda a pintura interna do palácio, a reforma das esquadrias de madeira, a recuperação do piso original, em taco, a reforma geral do telhado, substituindo as telhas pelas do tipo francesa, a mesma usada na época, são fases que estão sendo estabelecidas, além da revisão completa das instalações elétricas, de climatização, de lógica (informática) e de telefonia. Todas as etapas estão seguindo fielmente o plano de obras elaborado pelo IPPP.

### A NOVA ILUMINAÇÃO DO PLENÁRIO

Aproveitando a infra-estrutura de obras no local, o IPPP, em parceria com a Fundação Oscar Niemeyer, cumpriu solicitação da presidência da Câmara e instalou nova iluminação do Plenário, para atender às necessidades de transmissão da TV Câmara das sessões plenárias. O projeto de iluminação foi concebido por Peter Gasper, especialista no assunto, com vasta experiência em projetos deste porte. A instalação realizada pelo IPPP seguiu como premissa principal a preservação e a manutenção das características arquitetônicas do local, de acordo com

o projeto de restauração aprovado pelo INEPAC.

### ACERVO HISTÓRICO

Obras como as reproduções das batalhas do Havai e a do Riachuelo, pintadas a óleo no século XVIII, cópias fiéis as que estão hoje no Museu Nacional de Belas Artes, foram algumas das 36 que foram restauradas pela equipe de 15 profissionais em restau-

ração, coordenada e dirigida pela professora e artista plástica, Helena Ávila Teixeira, profissional com mais de 25 anos dedicados à restauração de obras de arte do patrimônio histórico brasileiro.

Outras obras trabalhadas que podemos citar são: a pintura principal do Plenário em *marouflage*, retratando a fundação da cidade do Rio de Janeiro, no Morro do Castelo, medindo 14 metros por 15 e pintada por R. Amodeo em 1925; a Batalha do Uruçumirim, também no Plenário em *marouflage*, pintada igualmente por R. Amadeo no mesmo ano; o Suplício de Tiradentes, quadro a óleo com moldura em folha de ouro, pintada por Francisco Aurélio de Figueiredo, no início do século, medindo 2,80 m por 3m. As obras da Câmara, em sua maioria, tiveram as molduras adornadas em folha de ouro, devidamente restauradas pela equipe da professora Helena, como os retratos a óleo do Conde de Bobadella, e de José Bonifácio, por exemplo.

### UMA DESCOBERTA HISTÓRICA

Dentre os quadros restaurados pela equipe do IPPP está o quadro "Princesa Isabel com a carta da Liberdade", a qual o registro histórico realizado por pesquisadores afirma ser a

Portanto a restauração do Palácio Pedro Ernesto, desenhado pelo arquiteto Heitor de Mello e construído entre 1920 e 1923 pelos arquitetos Arquimedes Memória e Francisco Cuchet... é um marco para a cidade



## Um pouco de história: como nasceu o Palácio Pedro Ernesto

Em 1911, procurando instalações mais adequadas, a Câmara Municipal instituiu concurso público para escolha de projeto para a construção da nova sede no mesmo endereço dos dias de hoje. O arquiteto Heitor de Mello foi o vencedor do concurso, mas o seu projeto só veio a ser colocado em prática nove anos depois, após a demolição do prédio antigo da Câmara, exatamente em 1920. O Conselho fazedor de leis da época teve que ser transferido, provisoriamente, para o prédio do Liceu de Artes e Ofícios (na época, localizado na Avenida Rio Branco) enquanto durassem as obras <sup>1</sup>.

Durante os anos de construção da nova sede, entre 1920 e 1923, o arquiteto Heitor de Mello falece, e a obra teve que ser assumida pelos



arquitetos Arquimedes Memória e Francisco Cuchet. A construção esteve a cargo da firma Antônio Januzzi, Irmãos & Cia <sup>2</sup>; a mais importante construtora da época, que só na Avenida Central, construiu 14 prédios <sup>3</sup>.

De 1937 a 47, com a dissolução da Câmara e a instituição do Distrito Federal, o palácio serviu como sede da Prefeitura. De 1960 a 64 e a partir de 75, tornou-se sede da Assembléia Legislativa do Estado

da Guanabara e, depois com a fusão, do Estado do Rio de Janeiro. O prédio foi devolvido ao município quando da transferência dos deputados estaduais para o Palácio Tiradentes <sup>4</sup>.

A denominação de Palácio Pedro Ernesto foi confirmada a partir de uma Resolução de 1971, que homenageou o primeiro governador eleito do estado no período Republicano.

O prédio foi tombado pelo INPAC provisoriamente em 08/10/1979, o qual tornou-se definitivo em 17/05/1988 <sup>5</sup>.

<sup>1</sup> PROCESSO DE TOMBO. (1978), s/p.

<sup>2</sup> Uma fotografia do Arquivo Malta do MIS, permite vislumbrar a placa do construtor na fachada do prédio recém construído.

<sup>3</sup> BRENNA. (1987) p. 60.

<sup>4</sup> WROBEL. (1991) s/p.

<sup>5</sup> Idem.

carta da Lei Áurea, a qual libertou os escravos. No entanto, após a restauração feita pela equipe da professora Helena, foi encontrada a data da pintura, datada de 1886, três anos antes da assinatura da Lei Áurea, que aconteceu em 1889. Após algumas

pesquisas e conversas com historiadores, a equipe do IPPP passou a considerar que o quadro em que a Princesa Isabel assina uma nova Lei é alusivo ao momento histórico da assinatura da Lei Saraiva, promulgada em 1885, que antes da liberdade to-

tal dos escravos libertou primeiro as crianças nascidas negras.

A iniciativa de restaurar o Palácio Pedro Ernesto partiu da atual presidência da Câmara, presidida pelo vereador Ivan Moreira (PFL).

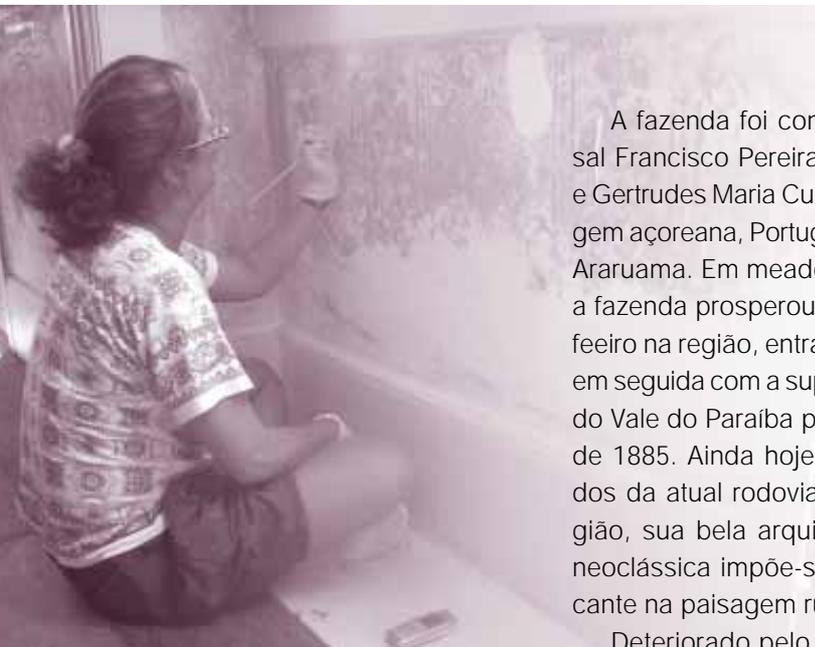


A equipe de restauradoras, coordenadas pela restauradora Helena Ávilla, recuperou 36 obras de arte



Mais um quadro do início do século sendo restaurado pelas mãos hábeis de um dos restauradores da equipe

# IPPP restaura Fazenda Aurora da



Fotos de Luiz Marchesini

O prédio da Fazenda Aurora, palco da história do município de Araruama no Estado do Rio de Janeiro, é um dos raros exemplos de arquitetura preservada dos tempos dos Barões do Café, de suas grandes fazendas e da escravidão que compuseram o século XIX e caracterizaram o Rio Antigo.

Com um estilo único, a Fazenda Aurora é um exemplo de construção rural da primeira metade do século XIX. Em estilo neoclássico, é composta pela Casa-Grande, engenho e senzalas. Localizada à beira da Rodovia RJ-124, a Via Lagos, o prédio possui decoração interna, que engloba ornamentos em folha de ouro em seus tetos, portões de madeira trabalhados e raras pinturas murais em *trompe l'oeil* e trabalhos em estuque. Os afrescos do século passado são de valor inestimável, como o que retrata os canais de Veneza, na Itália.

A fazenda foi construída pelo casal Francisco Pereira da Costa Vieira e Gertrudes Maria Custódia, ele de origem açoreana, Portugal, ela natural de Araruama. Em meados do século XIX a fazenda prosperou com o surto cafeeiro na região, entrando em declínio em seguida com a supremacia do café do Vale do Paraíba paulista, por volta de 1885. Ainda hoje, nos dois sentidos da atual rodovia que corta a região, sua bela arquitetura de feição neoclássica impõe-se de forma marcante na paisagem rural circundante.

Deteriorado pelo tempo, a prefeitura municipal de Araruama comprou o prédio em 2002 e, em seu terreno, construiu a Escola Aurora. Com intuito de preservar a história do município, resolveu restaurar a sede da fazenda de acordo com as normas do Instituto de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – INEPAC - e

transformá-la no primeiro Museu Arqueológico da Região dos Lagos, aproveitando a sua proximidade com o sítio arqueológico dos índios Tupinambás, o segundo maior do país, existente no município.

O Museu resgata a história dos Tupinambás e está funcionando, durante 24 horas por dia, dentro do Complexo Educacional e Cultural Aurora, composto de uma escola de tempo integral, biblioteca específica sobre a cultura Tupinambá, auditório, biblioteca virtual 24h, capela, espaço cultural, salão para exposições temporárias e uma área de convivência e lazer.

No museu a história dos Tupinambás é contada por meio de painéis explicativos sobre a cultura dos homens sambaquis, índios Goitacás e Tupinambás, moradores do período pré-colonial brasileiro. Neles mostram artefatos encontrados nos sítios arqueológicos do município, como urnas funerárias e peças utilitárias em cerâmica, e o próprio trabalho das arqueólogas responsáveis pelas escavações.

A própria história da Fazenda Aurora também pode ser vista por meio da restauração do complexo, onde podem ser vistas correntes que aprisionavam os escravos, ainda preservadas, as telhas da sede, torneadas nas coxas das pernas dos escravos, e os afrescos que retratavam a cultura e o pensamento da elite na época.

Para a restauração do prédio o Instituto de Professores Públicos e Particulares foi contratado, devido à sua experiência em restaurações, como os painéis da Assembléia Legislativa do

A fazenda foi  
construída pelo casal  
Francisco Pereira da  
Costa Vieira e  
Gertrudes Maria  
Custódia, ele de origem  
açoreana e ela  
portuguesa, nos  
meados do século XIX

# Prefeitura de Araruama/RJ



Estado do Rio de Janeiro e o prédio da Câmara Municipal do Rio de Janeiro. O IPPP disponibilizou uma equipe de restauradores renomados, sob a coordenação das arquitetas Daniela Sergipense e Leila dos Santos, ambas com ampla experiência em restauração e cursos em Roma e Veneza, na Itália, para o trabalho.

## COMO FOI A RESTAURAÇÃO

O IPPP encontrou o prédio da Fazenda Aurora deteriorado pelo tempo, com seus afrescos descascados e sujos, rachaduras, rebocos, cimentos que desfiguraram o patrimônio, manchas, pedaços faltantes dos tetos trabalhados dos salões, entre outras avarias. Foi preciso a remodelação e a

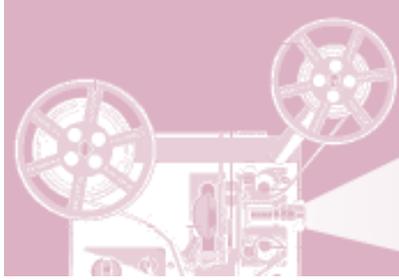
reconstrução de partes deste trabalho, feito no século passado, para o início da restauração que contou com etapas específicas. Primeiro foi trabalhado o hall da escada em caracol, depois as salas laterais do térreo, o corredor, o salão do segundo andar e por último o forro dos salões Ouro e da sala de jantar.

Durante o trabalho, as pinturas no hall da escada caracol tiveram que passar pelo processo de dessalinização, preenchimento das lacunas, consolidação, nivelamento, reprodução da pintura e proteção. Nas salas laterais foi preciso a decapagem das paredes, a reintegração das pinturas, a reprodução, a produção do decalque da proteção e a proteção em si.

No corredor e no salão do segundo andar os mesmos processos e nos forros dos tetos dos salões Ouro e Jantar, a higienização, a limpeza, a modelagem das partes faltantes, a confecção de formas e fundição, a fixação, o acabamento, a reintegração pictórica e redouramento em folha de ouro e a proteção final do patrimônio. Tudo de acordo com as normas e orientações do INEPAC-RJ.

*O trabalho de restauração da Fazenda Aurora foi minucioso e cada detalhe foi recuperado, dentro das especificações técnicas recomendadas*





# MAIS SALAS DE CINEMA

**Quando se fala em indústria audiovisual, a questão implica necessariamente o cinema no circuito de salas de exibição, como vértice da produção audiovisual mundial. Como se explica então que o Brasil, tendo um mercado audiovisual vigoroso com vídeo-locadoras na quase totalidade dos seus municípios e uma produção de televisão reconhecida nacionalmente e no exterior, apresente um dos mais baixos índices mundiais quanto à frequência de sua população às salas de cinema? No Brasil, lamentavelmente, não é incomum encontrar pessoas que nunca entraram numa sala de cinema**

**Q**uando se fala em indústria audiovisual, a questão implica necessariamente o cinema no circuito de salas de exibição, como vértice da produção audiovisual mundial. Como se explica então que o Brasil, tendo um mercado audiovisual vigoroso com vídeo-locadoras na quase totalidade dos seus municípios e uma produção de televisão reconhecida nacionalmente e no exterior, apresente um dos mais baixos índices mundiais quanto à frequência de sua população às salas de cinema? No Brasil, lamentavelmente, não é incomum encontrar pessoas que nunca entraram numa sala de cinema.

O saudável hábito de ir ao cinema é prezado como uma das mais importantes atividades de lazer urbano em todo o mundo, associado que está à socialização comunitária, à construção da cidadania, e, conseqüentemente, ao combate à alienação dos jovens frente aos desafios da vida moderna. Para os mais velhos, é das mais gratificantes e acessíveis fontes de lazer a seu dispor. Por outro lado, ao afastarmos o público do filme brasileiro, estamos na verdade deixando de refletir, por meio do cinema, sobre a realidade brasileira, sobre o que somos e o que queremos ser com a agravante de vivermos um

período de transformações da história humana só comparável ao que o mundo assistiu com a introdução da imprensa a partir do século 15.

Em verdade, chegamos a esse ponto menos pela ausência de um hábito que se perdeu do que pela falta de oferta de salas e pela elevação do custo do ingresso. A partir das décadas de 60 e 70, as penetrações da televisão e, em seguida, do vídeo e da tv por assinatura fizeram o público de cinema se reduzir drasticamente. Sintomaticamente, o afastamento do filme brasileiro do cenário contribuiu bastante para essa redução, uma vez que ele levava para os cinemas uma grande faixa do público, bastante popular, que não era atraída por outro tipo de filme. Dessa forma, se, em 1980, o total de ingressos vendidos foi de quase 165 milhões, esse número foi caindo até chegar a 70 milhões, em 1993. O número de salas do país, que era de 2.365 em 1980, baixou para 1.033 em 1995. No começo da década de 90, o mercado de cinema no Brasil enfrentou uma das mais fortes crises de sua história. Cinemas – principalmente do interior – foram fechando, melancolicamente, suas portas. Cidades pequenas que tinham uma ou duas telas ficaram sem nenhuma, a ponto de hoje ape-

nas 7% dos municípios brasileiros possuírem salas, segundo o IBGE.

A reversão relativa desse quadro começou em meados dos anos 90. Ajudados pela estabilidade monetária, os exibidores subiram consideravelmente o preço médio do ingresso no Brasil. Desse modo, mesmo com um reduzido número de salas, o setor da exibição conseguiu manter o patamar de arrecadação do setor. Enquanto nos Estados Unidos o preço do ingresso estava em torno de 5 dólares, no Brasil o preço médio nunca ultrapassou a marca dos 2 dólares. Atualmente ele se situa em torno de 3,5 dólares, o que é excessivamente alto para os padrões do custo de vida brasileiro, considerando ainda outras despesas que o ato de ir ao cinema hoje envolve. Foi assim que se iniciou o processo de elitização que mudou radicalmente o perfil do espectador de cinema no Brasil.

O estado de retração e o conseqüente desvirtuamento do papel social do cinema evidenciaram-se como uma realidade inquestionável. Em 1996, um ano antes da entrada do sistema de exibição de conjuntos de salas multiplex em shoppings no mercado nacional, o Brasil tinha uma sala de cinema para cada 120 mil habitantes, uma das piores relações do mundo. Em 2001, mesmo depois de ter conseguido melhorar essa proporção com a inauguração de centenas de salas, chegou à marca de uma sala de cinema para cada 105 mil habitantes. Para efeito de comparação, os Estados Unidos têm uma sala para cada 10 mil habitantes e o México e a Argentina uma para cerca de 35 mil habitantes.

Nesses anos, em que os cinemas de rua fecharam maciçamente suas portas, houve uma migração das salas para os novos shoppings que estavam sendo construídos nos centros urbanos, que, por sua vez, eram decorrência de uma profunda modificação dos hábitos de consumo por parte da população brasileira. A própria estrutura do multiplex favorece sua lucratividade, proporcionando, além de custos operacionais mais

...em 1980, o total de ingressos vendidos foi de quase 165 milhões; esse número foi caindo até chegar a 70 milhões, em 1993. O número de salas do país, que era de 2.365 em 1980, baixou para 1.033 em 1995

vantajosos em relação ao cinema de rua, maior afluência de público. Cabe, porém, ressaltar que, embora o número de salas tenha voltado a crescer, o número de cadeiras decresceu consideravelmente, na medida em que as novas salas multiplex são menores que as antigas salas dos cinemas de rua. A exibição cinematográfica, ao se transferir para novas ilhas de consumo e optar por ingressos de preço alto, solidificou o processo de elitização de seu público.

Entre 1995 e o fim de 2002, o número de salas no Brasil passou de cerca de mil para perto de 1.700, calculando-se hoje em torno de 2100, com cerca de 65% localizadas em centros comerciais. Calcula-se, no entanto, que o mercado brasileiro comporte pelo menos 5 mil salas, número considerado satisfatório para a dimensão do país, para o tamanho de sua população e também para sua auto-sustentabilidade. Tal quantidade representaria uma relação próxima de 30 mil habitantes por sala, igualando-se, à proporção dos mercados mexicano e argentino.

Por outro lado, as experiências de implantação das salas multiplex no Brasil mostraram, ainda, que a concentração de renda do país é um obstáculo para a continuidade da expansão do circuito

exibidor, fato que foi referendado pela grande concentração do mercado consumidor em geral e de espectadores de cinema em particular no eixo Rio - São Paulo. Dessa forma, há que se considerar a necessidade de uma política cultural específica para o setor de exibição que privilegie tanto o resgate do papel social que o cinema desempenha como veículo do imaginário simbólico coletivo quanto à própria expansão econômica da atividade, restrita pelas limitações de concentração de renda nos grandes centros urbanos – em suma, uma política de fomento público que viabilize a abertura de novos circuitos de salas exibidoras.

Nos contatos que tenho feito com prefeitos de cidades do interior assim como com subprefeitos das áreas periféricas das grandes cidades, tenho recebido unânimes manifestações de interesse pela abertura de salas de cinema, o que não surpreende, na medida em que as estatísticas comprovam que a grande maioria das cidades médias e pequenas, assim como das periferias dos grandes centros urbanos, carece dramaticamente de espaços de lazer que atendam à população. Ora, está comprovado que as novas tecnologias digitais de exibição

reduzem drasticamente os custos da distribuição e da exibição cinematográfica. É perfeitamente viável, portanto, pôr em prática um programa de financiamento público, integrado pelo Ministério da Cultura e o Ministério das Cidades, articulado com os municípios, para a ampliação, renovação e modernização do parque exibidor brasileiro. Com linhas de crédito do BNDES, em que as salas e as rendas garantiriam o pagamento dos empréstimos, os proprietários e arrendatários das salas do setor privado ainda contariam com a receptividade por parte das autoridades municipais no sentido da obtenção da doação de terrenos para a construção de salas e de redução de impostos como o IPTU e o ISSQN.

Um programa desta envergadura, ao contemplar a abertura de salas de cinema nos pequenos e médios municípios e periferias das grandes cidades, certamente entraria para a história como das mais notáveis contribuições do governo à melhoria das condições da vida urbana no país. Além disso, seria um efetivo impulso para a auto-sustentabilidade do cinema nacional, que poderia vir a ter no ingresso vendido uma forma complementar de financiamento da atividade.

## Nilson Rodrigues

Diretor da ANCINE – Agência Nacional do Cinema

Nasceu em Abadia de Dourados, Minas Gerais, em 02 de janeiro de 1965. Produtor cultural. Coordenador da I Mostra do Cinema Brasileiro de Taguatinga/ DF (1985), do Festival Brasileiro de Teatro Amador/Brasília (1988), da I Feira Nacional do Livro do Estado de Tocantins (1992), do Festival Nacional do Vídeo Ecológico de Palmas/TO (1994). Produtor dos filmes Teatro de rua no Brasil -1989 (direção de Sérgio Sanz e Amir Haddad), Bernardo Sayão e o caminho das onças – 1997 (direção de Sérgio Sanz) e Josué de Castro – Por um mundo sem fome – 2004

(direção de Tânia Quaresma). Diretor da Associação Brasileira de Vídeo Popular (1990). Diretor do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro (1995,1997,1998), do Festival de Inverno de Bonito/MS (2000-2004) e do Festival de Cinema de Campo Grande/MS (2004-2005). Diretor-Executivo da Fundação Cultural do Distrito Federal (1995-1998). Diretor do Departamento Estadual de Cultura de Tocantins (1991-1994). Nomeado em 23/05/2005 membro da Diretoria Colegiada da Ancine, com mandato até 2009.

# IPPP LANÇA O CINE-PRAÇA

**U**m país se reconhece pela sua imagem e fala. A cultura de um povo se revela pela educação e história. Baseado nestas premissas, a política de difusão cultural vem ganhando força no Brasil e, seguindo tendências mundiais, a abertura de salas de cinema no Brasil torna-se primordial.

O cinema no interior tem comprovado ser uma atividade interessante, agregadora e educacional e, principalmente, um fator importante para a retirada dos jovens das ruas, os afastando de caminhos às vezes errados, substituindo-os por um espaço onde encontram segurança, harmonia, sonhos, emoções e risos.

O Instituto de Professores Públicos e Particulares, a produtora de cinema Usina de Produção, a distribuidora de filmes digitais Rain Network e o escritório de arquitetura Rodrigo Azevedo resolveram se associar para materializar o projeto Cine-Praça para municípios. Salas de cinema gigantes e digitais integradas com um centro cultural e em conexão com os grandes centros de lançamentos cinematográficos do Brasil e do mundo.

Com uma área de eventos ao ar livre, com telão gigante, ampla área gramada para assistir ao filme, relaxar etc, e na parte interna, auditório, sala de cinema para 120 pessoas com som e imagem digitais, cafeteira, palco para peças de teatro, congressos, conferências entre outros, o Cine-Praça terá também uma lona para exposições artísticas, festas, confraternizações entre outras atividades sociais e culturais.

O Cine-Praça oferece ao município a possibilidade de criar um espaço para múltiplas apropriações culturais, além de somente uma simples sala de cinema. Desta maneira o espaço pode atingir a toda a comunidade, atraindo um público maior e mais diversificado e não apenas aqueles que gostam de cinema, o que torna o Cine-Praça um

verdadeiro espaço multicultural. A prefeitura poderá ter diversas atividades em um único lugar, que se tornaria um ponto de encontro e referência para a população. Desta forma o caráter público de seu uso irrestrito, como a exibição de cinema na praça permanentemente, estará presente na política cultural do governo municipal.

Desenhado pelo arquiteto Rodrigo Azevedo, o Cine-Praça é dotado de uma arquitetura inovadora e pode ser construído em um terreno de não mais que dez mil metros quadrados. O tempo de construção é rápido: cerca de oito meses.

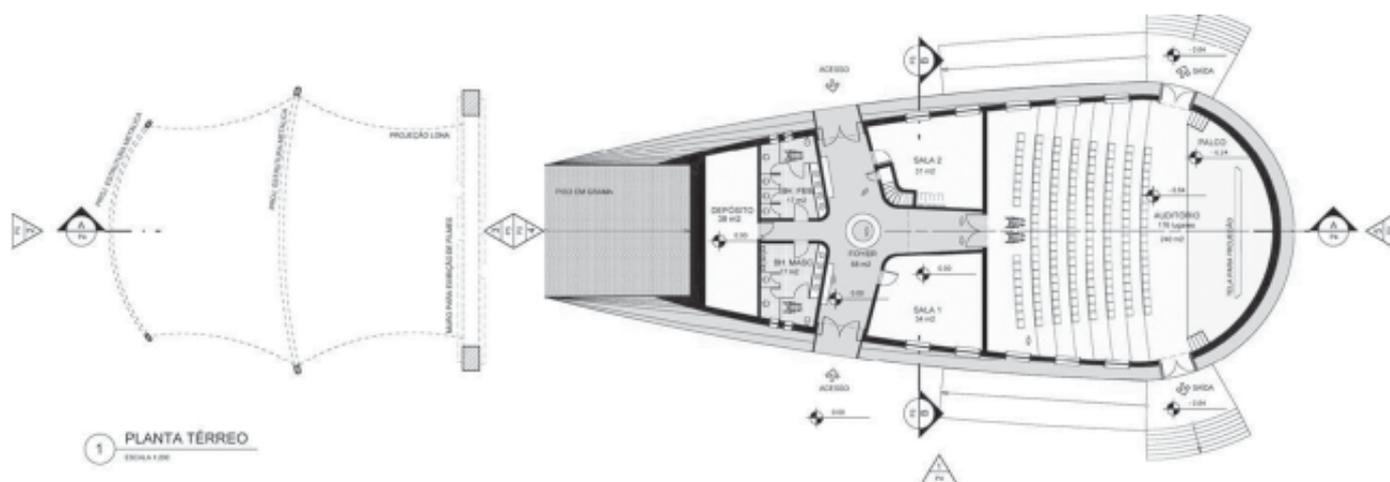
Os traços arquitetônicos ousados dão à construção uma visibilidade marcante para a vida na cidade e para a gestão do prefeito interessado em investir em cultura e entretenimento para os seus cidadãos.

O espaço com suas características especiais, tem um forte apelo para o incremento turístico e possibilita a prospecção de patrocínios por parte da iniciativa privada para agregar suas marcas a este novo pólo cultural da cidade.

O IPPP em parceria com os seus associados neste projeto tem todas as condições e aparelhamento de última geração para a construção total do Cine-Praça. A execução do projeto terá duas etapas: em um primeiro momento, a construção da sala de cinema interna e externa e, posteriormente, a praça atrás com a área de eventos, que terá lona tensionada importada com garantia de fábrica de 10 anos.

A sala de cinema será toda em concreto armado, com sua cobertura impermeabilizada. O projeto permite a isenção, pelos próximos oito anos, de qualquer tipo de manutenção. O custo arcado pela Prefeitura após a inauguração será basicamente o custeio dos funcionários e a limpeza do espaço.

**Desenhado pelo arquiteto  
Rodrigo Azevedo, o  
Cine-Praça é dotado de  
uma arquitetura inovadora  
e pode ser construído em  
um terreno de não mais  
que dez mil metros  
quadrados. O tempo de  
construção é rápido: cerca  
de oito meses**



O Cine-Praça é um espaço público sofisticado que une cultura e lazer em um só lugar. Ele oferecerá sala de cinema, tela gigante para assistir filmes no gramado, lona cultural para shows, festas, exposições, entre outros

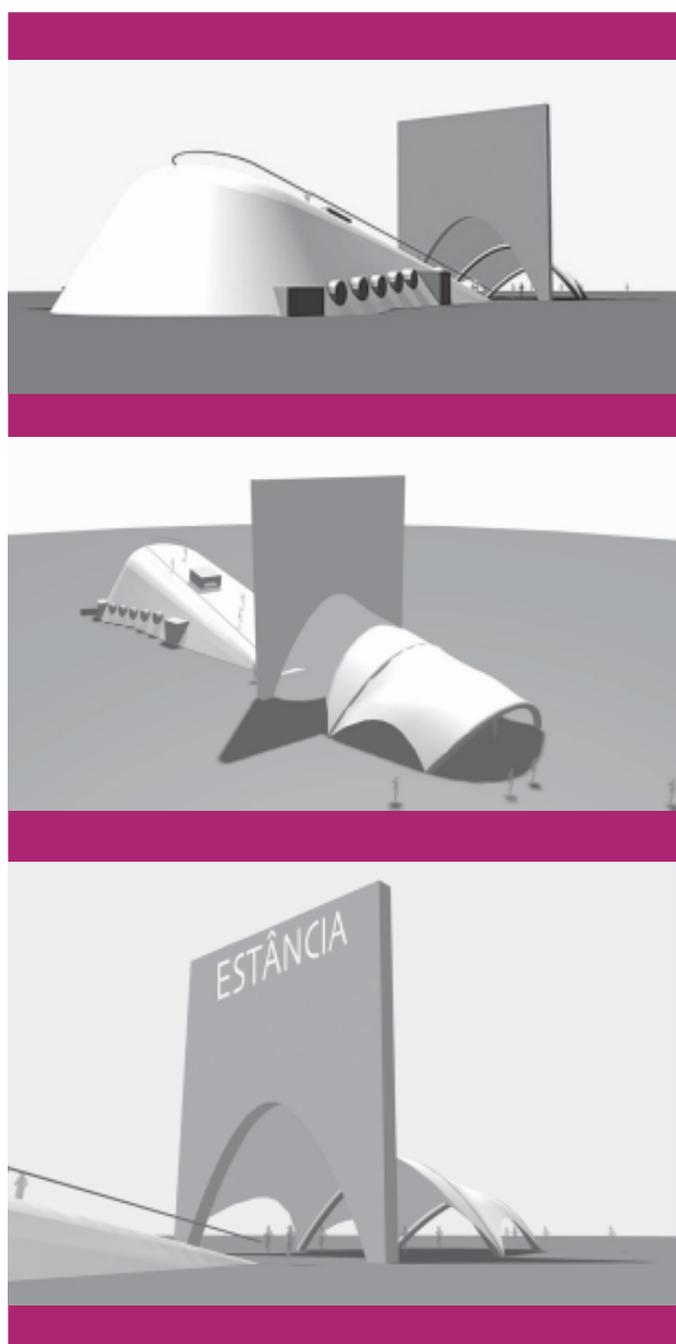
## ERA DIGITAL

Na atual fase do mundo globalizado, com o advento da Era Digital, todas as cidades do Brasil têm condições de exibir um filme ao mesmo tempo em que o mesmo está sendo lançado nos cinemas mundiais.

Graças à conectividade via satélite, os grandes centros de lançamentos cinematográficos (Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, Curitiba, Juiz de Fora e Fortaleza), bem como as cidades do interior, já podem receber filmes lançados nas principais capitais do país e do mundo, simultaneamente.

É a Era Digital economizando tempo, espaço, logística e trazendo a modernidade. O Cine-Praça é uma sala digital com estas características. Ou seja, o filme que será lançado sexta-feira em uma rede de cinemas na capital poderá ser lançado ao mesmo tempo no Cine-Praça da cidade onde esteja instalado.

O sistema utilizado para exibição de filmes é o que há de mais moderno no mundo em cinema digital, o sistema KINOCAST® consiste em um *software* exclusivo, que administra todo conteúdo exibido nas salas de cinema do circuito Rain Network. De simples instalação e operação, o *software* permite elaborar uma programação de filmes diversificada para atender a todas as demandas locais, sejam elas com fins culturais ou educacionais, recreativas, de acordo com a política pública do governo na área cultural.



# ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL EM ANO ELEITORAL

Maria do Carmo Ibiapina de Menezes

**Os acontecimentos em São Paulo, que, em três oportunidades nestes últimos meses, vêm invertendo a ordem republicana ao transformar as forças da ordem em reféns das forças do crime, colocaram novamente em primeiro plano a questão da Segurança Pública no país. A credibilidade das Polícias foi, mais uma vez, posta em questão. E o que é mais estarrecedor, após a onda de ataques, as forças da ordem anunciaram através de seus comandos, legalmente constituídos, que iriam à revanche prometendo uma média de 10 a 15 mortes de agressores por dia. Tudo “dentro da lei”... promessa cumprida**

**O**s acontecimentos em São Paulo no ano passado, os quais em três oportunidades inverteram a ordem republicana ao transformar as forças da ordem em reféns das forças do crime, colocaram novamente em primeiro plano a questão da Segurança Pública no País. A credibilidade das polícias foi, mais uma vez, posta em questão. E o que é mais estarrecedor, após a onda de ataques, as forças da ordem anunciaram, através de seus comandos legalmente constituídos, que iriam à revanche prometendo uma média de 10 a 15 mortes de agressores por dia. Tudo “dentro da lei”... promessa cumprida.

Esta banalização da morte através de execuções sumárias de infratores presumíveis há muito se tornou o cotidiano da crônica policial dos grandes centros urbanos, como Rio e São Paulo, consagrando a prática da execução particularizada da pena capital. *“... quem dá liberdade para matar (...) arbitrariamente, confere, por via indireta, autorização para que se negocie a vida e a liberdade. Essa negociação prossegue, envolve interesses cada vez mais fortes e tende a gerar as condições*

*para a celebração de acordos permanentes, que tornam segmentos das instituições policiais sócios do crime. Nasce, assim, uma das modalidades do crime organizado, gerada pela brutalidade policial, um dia tacitamente tolerada ou mesmo induzida por gestores irresponsáveis, que repelem os direitos humanos em nome de uma suposta eficiência no enfrentamento do crime”<sup>1</sup>.*

É verdade que não atinge a totalidade das Polícias que se encontram envolvidos com este tipo de práticas, como também não se trata de uma perversão intrínseca, inata, do policial envolvido. Não se pode tampouco relacionar o mau desempenho e a truculência apenas com o despreparo. *“A primeira pergunta a fazer é a seguinte: o que estamos chamando de mau desempenho é realmente mau desempenho ou é desempenho segundo um modelo de emprego que, na raiz, legitima as ações que estamos questionando?”<sup>2</sup>*

A criminalização da pobreza conduz, por sua vez, à justificativa das execuções por parte das “forças da ordem” e as propostas de segregação territorial de grandes parcelas das populações urbanas. É verdade que há vítimas de vários tipos de violência em todos os segmentos da sociedade. Nenhum desses atos é tolerável. No entanto, as camadas mais pobres, que são de longe as mais numerosas, não têm alternativas de moradia segura e outros meios de proteção individual ou coletivo. Encontram-se expostas permanentemente. E o que é uma eventualidade para alguns torna-se o cotidiano para a maioria.

## COMO CHEGAMOS A ESTA SITUAÇÃO?

Não há dúvida de que o período da Ditadura Militar contribuiu amplamente para agravar o perfil das forças policiais afastando-as de suas funções de defender o cidadão e de promover os direitos, para consolidá-las no papel de extermínio daqueles a quem elas deviam defender. O cidadão foi transformado em “inimigo interno”, presumível culpado, fortalecendo a militarização das polícias em sua ideologia, objetivos e métodos.

O amplo debate que floresceu no período da transição democrática culminou com a promulgação da Constituição de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – em 1990 e da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS em 1993, sem esquecer a Lei de Execuções Penais, promulgada em 1984. Mas a questão da Segurança



**Maria do Carmo Ibiapina de Menezes** foi diretora do Serviço de Segurança e Prevenção da Criminalidade da Prefeitura de Champigny-sur-Marne, região metropolitana de Paris, consultora junto ao grupo temático Gestão Municipal de Segurança Pública no projeto Arquitetura Institucional do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública)/SENASP/FIRJAN/PNUD e Mestre em Sociologia pela escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, Paris, França

Pública e das Polícias foi relegada a um segundo plano, para não dizer esquecida. O assunto continuava um tabu para grande parte das forças progressistas do país.

Mas a redemocratização trouxe também de volta a livre circulação das idéias e *“um maior e mais livre trânsito dos pesquisadores nas instituições, com o correspondente contato com perspectivas distintas de análise do sistema de justiça criminal”*. A partir da década de 80, começou-se a desenvolver uma sociologia da organização policial contemporânea. São 20 anos de produção acadêmica, relativamente regular, sobre as áreas temáticas da violência, da criminalidade, da segurança pública e da justiça criminal.<sup>3</sup> Criaram-se nas universidades públicas e privadas centros de excelência dedicados à pesquisa nestas áreas.

Em fase mais recente, verificou-se um investimento no plano da formação, tendo surgido a oferta de cursos de extensão, especialização, graduação e pós-graduação para profissionais da segurança pública e pessoas habilitadas e interessadas pelo tema. É o caso da UFF (Universidade Federal Fluminense), onde desde 1999 é ministrado o curso de especialização em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública. É o caso do Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública – Crisp – ligado à Universidade Federal de Minas Gerais e de órgãos públicos envolvidos no combate à criminalidade. Para citar apenas duas experiências: em 14 de setembro do ano passado foi lançada pelo Ministério da Justiça a Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública, credenciando 21 instituições para ministrarem cursos de pós-graduação para policiais civis e militares, guardas municipais e bombeiros. (O Globo 15/09/2006).

Em algumas Academias de Polícia, já se admite que parte da formação e capacitação dos servidores da área de segurança seja ministrada, concomitantemente, para policiais civis e militares, contribuindo para amenizar a dicotomia, ou a fratura, existente entre as duas Polícias, a nível nacional, onde nem uma nem outra tem um ciclo completo e, a maioria das vezes, não interagem entre si.

Paralelamente, ao longo destes anos, entidades independentes, sem uma vinculação institucional com organismos públicos, tomaram inúmeras iniciativas nesta esfera da segurança, abrangendo a área dos direitos. Foi o caso de ONGs, nacionais e internacionais, militantes pelos Direitos Humanos: por meio de seminários, palestras, conferências, cursos, pesquisas e publicações variadas, que denunciam a arbitrariedade e os excessos policiais, a impunidade e a lentidão do judiciário, a exploração da criança e do adolescente, a violência contra a mulher, o racismo e a homofobia. Outras atuam no terreno da prevenção, sobretudo por meio de programas de inclusão social.

Algumas experiências em nível municipal e estadual apresentam resultados positivos e sustentáveis no plano da gestão da Segurança Pública. Outras, promissoras, não têm continuidade e desaparecem quando há a mudanças de gestão.

O que é feito destas e muitas outras contribuições dentro e fora das corporações policiais? Por que, apesar da qualidade dos textos de Leis produzidas no bojo do processo de redemocratização, a violência continua a imperar e o cidadão se sente cada vez mais desprotegido e abandonado? Por que a produção acadêmica na matéria, tão rica e perspicaz, não produz os frutos que se poderiam esperar?

Estamos diante de uma situação de extrema complexidade, exigindo respostas à altura. Não há solução única para uma situação que não é unívoca, assim como não há soluções rápidas para um processo histórico de acumulação de arbitrariedades por parte do poder constituído e de perpetuação de um modelo profundamente desigual de sociedade

Perdura no Brasil um divórcio entre as três esferas administrativas: União, Estado e Município. A maioria dos cidadãos conhece na prática os resultados catastróficos deste divórcio na área da saúde e da educação. As leis existem, os meios também. Mas os serviços não funcionam como deveriam. Na área da segurança pública não é diferente. O problema não reside apenas nos enfrentamentos entre os estados e a União quando se discute uma eventual intervenção das Forças Armadas ou da Força Nacional de Segurança, em casos de necessidade. O problema faz parte do cotidiano do cidadão quando, por exemplo, no Rio de Janeiro, a PM se recusa

a intervir no problema do menor morador de rua, sob a alegação de que se trata de uma responsabilidade do Prefeito. Não se trata aqui de discutir as competências de cada um, nem muito menos de afirmar que o menor abandonado à sua sorte seja “caso de Polícia”, mas de sublinhar a ausência de qualquer articulação entre os diferentes serviços públicos das diferentes esferas de governo, sobretudo em matéria de prevenção.

### PARCERIA E PREVENÇÃO

A prevenção da criminalidade e da violência está no cerne da questão da Segurança Pública. Por muito tempo, esta foi competência exclusiva da esfera estatal. Além disto, dada a inexistência de diagnósticos, planejamento e de um órgão gestor da segurança pública municipal, a integração e complementação de funções entre esferas de governo carecem de definições reguladoras. No entanto, a esfera local é a mais propícia para o desenvolvimento de programas e ações de prevenção, a saber: proximidade entre governantes e governados, conhecimento fino da realidade e de seus problemas, facilidade de integração da sociedade nas políticas públicas, nas fases de planejamento e implementação. Uma prevenção conseqüente da criminalidade urbana deve envolver o fortalecimento das comunidades locais.

Além da articulação necessária entre as diferentes esferas de governo, a função segurança pública no município deve estar integrada às outras competências municipais, sobretudo às políticas públicas de provimento de infra-estrutura e lazer, às políticas sociais e ao papel das Guardas Municipais, até hoje à procura de sua identidade. Estas deveriam cooperar de forma integrada e complementar com as polícias Civil e Militar, sem duplicação de funções, e com os demais órgãos do sistema de justiça criminal, seguindo o espírito do SUSP (Sistema Único de Segurança Pública).

Passando do local ao estadual, o problema permanece o mesmo. “ (...) nada impede, enquanto vigorar a atual estrutura, que o governo constitua um grupo executivo ou um comando unificado ou um Gabinete Integrado - GGI (composto de várias Secretarias). Além das políticas específicas, voltadas para o aprimoramento das funções estritamente policiais e que seriam implementadas pela Secretaria de Segurança...”<sup>4</sup>

Sem pretender, por enquanto, que revisões constitucionais possam tratar corretamente o problema, fica implícita a urgência de estabelecer entre a Polícia Civil e a

(... ) nada impede,  
enquanto vigorar a atual  
estrutura, que o governo  
constitua um grupo  
executivo ou um comando  
unificado ou um Gabinete  
de *Gestão Integrada*  
(composto de várias  
Secretarias)

Polícia Militar uma cooperação que viabilize verdadeiras políticas públicas de segurança e prevenção. Cabe também ressaltar a necessidade de resgatar a vasta contribuição do mundo acadêmico nesta área, aproximando-o das parcerias de vários tipos.

Não é possível concluir sem uma palavra sobre o sistema prisional brasileiro, cuja reforma em profundidade deveria ser uma das prioridades de todos os novos governos. Mas cabe uma preocupação particular com a rede que acolhe o menor em conflito com a lei, seja em regime fechado ou de semi-liberdade. Verdadeiras escolas do crime,

estas instituições (enquanto existem como tal) podem transformar-se em magníficos centros de educação e de inserção profissional, como pode-se constatar em experiências exitosas como a do CRIAM de Bangu, no Rio de Janeiro. Não foi por acaso que a realidade local foi abordada em primeiro lugar no “tratamento das fraturas”.

Concomitantemente ao tratamento das causas estruturais da violência e da segurança, é junto às populações diretamente atingidas pelo problema que se deve começar. É a mobilização das mesmas que pode alavancar uma mudança em profundidade.

Embora estas idéias pareçam utópicas, um ano de novos governos permite-nos alçar vôo e pensar que uma mudança é possível. O Brasil não está condenado a permanecer num estado de barbárie com a riqueza de contribuições de que dispõe – dispersas na sociedade, é verdade – mas que podem ser aglutinadas e alavancadas.

A Segurança Pública não deveria estar à mercê de mudanças políticas, mas constituir um sistema estável capaz atravessar as instabilidades, posicionando-se acima dos interesses particulares e passageiros. Seria demais reivindicar que tenhamos no Brasil um Estado digno desse nome?

<sup>1</sup> Luiz Eduardo Soares, Prefácio a “Direitos Humanos: coisa de Polícia”, Ricardo B. Balestreri CAPEC, Porto Alegre, 2003

<sup>2</sup> Plano Estadual sobre política pública para a segurança, justiça e cidadania. Capítulo 3.4.3, Rio de Janeiro, 2000

<sup>3</sup> Jorge da Silva – Ana Paula M. de Miranda, Prefácio a “Políticas públicas de justiça criminal e segurança pública 1” ISP – Instituto de Segurança Pública” - EdUFF – Niterói, 2003.

<sup>4</sup> Luiz Eduardo Soares, “Segurança tem saída”, Sextante, Rio de Janeiro 2006.

O Instituto de Professores Públicos e Privados – IPPP –, em parceria com o Governo de Minas Gerais, aplicou o primeiro curso de Promotor de Polícia Comunitária para as polícias Militar e Civil deste estado. Foram formados cerca de três mil policiais: 2500 PMs e 500 policiais civis.

# Uma nova ferramenta: gestão eficiente e transparente no Serviço Público

José Guilherme W. Ribeiro

## A INFORMAÇÃO E A BOA GESTÃO

Algumas verdades são tão óbvias e tão presentes nas atividades administrativas, que a sua evidência as banaliza e sua importância tende a ser relegada a um segundo plano.

É o caso da fundamental relação entre uma boa administração e uma boa informação. É claro que para dirigir bem um empreendimento, qualquer que ele seja, é essencial que se conheça o que está acontecendo, sob todos os aspectos e com o máximo de detalhes. Além disso, é preciso que se saiba interpretar as informações, para que se possa agir, tomando providências cabíveis, para corrigir tudo o que não estiver indo bem.

Assim, mais do que o talento, mais do que boa vontade, o que importa numa boa gestão é ter ótimas informações.

O que é a ótima informação? É aquela atual, completa, precisa, detalhada, clara, e principalmente bem interpretada.

Com o grande avanço das comunicações e o advento do computador, as informações ganharam em velocidade e quantidade. Estes avanços e a necessidade, cada vez mais, de melhorias na gestão, levaram a um aprimoramento da tecnologia jamais visto na atualidade para a ciência da Administração.

## A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O termo TI, de tão usado, se banalizou. Quando se pensa em TI vêm logo à mente computadores, seus operadores e suas ferramentas. A Tecnologia da Informação abrange isso e muito mais: os procedimentos, os fluxos, a consistência, a veracidade da informação. E mais: a abrangência, a atualidade, a distribuição e o compartilhamento.

Com a evolução da TI, a ênfase inicial de obtenção dos dados relativos ao empreendimento foi agregada a necessidade de transformar dados em informações. Atualmente, a maior atenção está em traduzir as informações em diretrizes para a gestão. Esta interpretação e aplicação das informações compõe a chamada "Business Intelligence"

Este é um assunto importantíssimo e atual para todos os que se interessam por Administração.

## FERRAMENTAS E SISTEMAS ACEITOS E USADOS ATUALMENTE

Para tentar organizar esforços e padronizar métodos, foram criados alguns processos, por agências internacionais de grande prestígio, que procuram definir de maneira genérica, o que é desejável numa estrutura de informação. Ou seja, estabelecer o que é uma boa "Tecnologia de Informação".

Um destes processos é o *COBIT-Contrôle*, que gera objetivos da informação e de sua tecnologia. Temos ainda, entre tantos outros, o ITIL, o COSO, o PMBOK, cada um com aplicações específicas, sempre com o intuito de aprimorar a gestão através de informações.

Ocorre que em empreendimentos razoavelmente organizados, já há dados sobre tudo o que é relevante e a falta deles quase nunca é um problema. Porém, nem sempre dados são informações e nem as informações, quando existem, são corretamente interpretadas.

## AS INFORMAÇÕES ORIENTANDO AS AÇÕES

Para que o grande número de informações ajude o administrador ao invés de atrapalhá-lo, estas devem receber um tratamento prévio relativo à interpretação delas. Esta interpretação deve ser feita de acordo com certos critérios:

Comparação com metas desejáveis e a importância relativa da informação. Para que isso seja viável, obtendo-se informações "inteligentes" que sirvam como subsídio objetivo para ações gerenciais, o IPPP está oferecendo uma ferramenta de última geração em *Business Intelligence*: o Sistema Teveris, composto por Metodologia e *Software* que contribui para a organização, interpretação e decodificação das informações, atributos essenciais à excelência em governança corporativa, de uma forma simples, direta e transparente.



**José Guilherme W. Ribeiro** é engenheiro mecânico formado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas. Foi Vice-Presidente Executivo e Presidente de diversas empresas nas décadas de 70, 80 e 90, entre elas: Engesa, Envemo, FNV, Engequímica e Engelétrica. Atualmente, fundou e é o responsável técnico da empresa TEVEC, Metodologias e Sistemas.

## A GESTÃO EFICIENTE

O serviço público também precisa de uma eficiência em sua gestão, similar à governança corporativa privada. O Sistema Teveris implantado no Serviço Público desenvolve uma metodologia moderna e descomplicada à gestão pública, permitindo ao setor a transparência das informações, simplicidade, dinamismo garantindo a consensual e eficiente gestão administrativa, muito importante, talvez mais do que na iniciativa privada, no Serviço Público.

A partir de matrizes de correlação entre qualidade e o nível das atividades e recursos, o Sistema Teveris indica o grau de atendimento às metas estabelecidas para cada qualidade planejada.

O IPPP, ao implantar o Sistema Teveris no Serviço Público, irá adaptar os empreendimentos às qualidades desejadas, que resultem das atividades exercidas e dos recursos aplicados.

*On-line* na Internet, o Sistema Teveris é uma ferramenta leve e descomplicada, podendo ser utilizado nas mais longínquas regiões do Estado de uma forma simples, de fácil entendimento para todos, dentro dos padrões de utilização para a melhoria das gestões no Serviço Público, atingindo perfeitamente as metas dos agentes e gestores públicos.

# CURSOS GRATUITOS DE INFORMÁTICA

inscrições abertas

uma parceria IPPP e Museu da República

Vagas para todas as faixas etárias,  
dos 10 anos à terceira idade.

Cursos de Introdução à Micro-informática,  
Microsoft Power Point, Microsoft Word básico  
e avançado, Microsoft Excel básico e  
avançado e Internet.

Informações e inscrições:  
(21) 2558-6350 - ramal 238,  
das 14h às 18h,  
de segunda a sexta.

Ou no local:  
Rua do Catete, 153 - Catete  
Rio de Janeiro - RJ  
(prédio anexo, no  
Laboratório de Informática  
do Museu da República)



**INCLUSÃO & AÇÃO**

# IPPP na Responsabilidade Social por meio da Inclusão Digital

**N**o Brasil, 148 milhões de habitantes não têm acesso a computadores. Segundo o professor Manuel Castells, da Universidade da Califórnia, em Berkeley, em seu livro *A Galáxia da Internet* (2001: 269): *o Desenvolvimento sem a Internet seria o equivalente à industrialização sem eletricidade na Era Industrial. É por isso que a declaração freqüentemente ouvida sobre a necessidade de se começar com “os problemas reais do Terceiro Mundo” — designando com isso: saúde, educação, água, eletricidade e assim por diante — antes de chegar a Internet, revela uma profunda incompreensão das questões atuais relativas ao desenvolvimento. Porque, sem uma economia e um sistema de administração baseados na Internet, qualquer país tem pouca chance de gerar os recursos necessários para cobrir suas necessidades de desenvolvimento, num terreno sustentável — sustentável em termos econômicos, sociais e ambientais.*

Portanto, para um país para crescer nesta nova onda revolucionária, a da Internet, as pessoas necessitam ter acesso a esta ferramenta, e principalmente, a chave para o engrandecimento do homem do século XXI: o conhecimento, bem mais precioso para o desenvolvimento das nações.

Portanto a Inclusão Digital, principalmente para as comunidades pobres do Terceiro Mundo, é extremamente importante. Diversas empresas e instituições brasileiras têm se preocupado com este desenvolvimento humano, entendendo que a saída para o crescimento mundial passa pela inclusão das pessoas à margem da nova revolução mundial da Era Digital.

O papel da Responsabilidade Social nas empresas e instituições tem sido cada vez mais valorizado dentro deste novo compromisso: o de valorizar o ser humano e o de fazê-lo ter uma participação não apenas no crescimento econômico da região, onde estão instaladas as organizações, mas também no crescimento da comunidade por meio de valores educativos e promovendo a melhoria das condições sociais.

O Instituto de Professores Públicos e Particulares desde 2001 tem realizado o projeto Inclusão & Ação Digital, que inicialmente implantou cursos de qualificação profissional para professores e profissionais da área da Educação em 34 municípios do Estado do Rio de Janeiro. Foram

três mil profissionais formados em um curso sobre como incluir crianças e jovens, portadoras de necessidades especiais, na rede regular de ensino. Este projeto contou, na época, com financiamento da Fundação Banco Itaú Social e do Fundo de Amparo ao Trabalhador-FAT.

Desde 2006 o IPPP vem oferecendo o projeto Inclusão & Ação Digital, com recursos próprios, na forma de cursos de informática gratuitos para os moradores dos bairros do Catete, Flamengo, Glória e Santa Teresa da cidade do Rio de Janeiro, em parceria com o Museu da República.

Um laboratório completo de informática com 10 microcomputadores foi instalado pelo IPPP no Palácio do Catete, sede do Museu da República, e vem oferecendo à comunidade do entorno cursos introdutórios de aplicação de softwares como Word, Excel, Power Point, Windows e Internet. O IPPP disponibiliza todo o material pedagógico, os microcomputadores, os professores e a certificação e o Museu da República cede as salas de aula. Pessoas com necessidades especiais têm prioridade na inscrição dos cursos dentro do conceito da inclusão.

Os cursos são de 12 a 15 horas para todas as idades e organizados em turmas de no máximo 20 alunos na mesma faixa etária. O público é formado, segundo o regulamento do projeto, pelos freqüentadores do museu e de preferência para a população de baixa renda das comunidades do entorno. Como os freqüentadores do Museu são, em sua maioria, pessoas da terceira idade, o projeto abriu turmas específicas para esta faixa etária e tem sido um grande sucesso, com salas cheias. Por se tratar de uma iniciativa de cunho social, o conteúdo programático não se limita apenas a atividades ligadas à informática, contando também com assuntos relacionados à cidadania e à Responsabilidade Social.

Em 2006 foram formados cerca de 800 alunos. A primeira formatura das seis primeiras turmas aconteceu em uma cerimônia no auditório do Museu da República e contou com a presença do Presidente do IPPP, Roberto Francisco Marchesini, da coordenadora Geral do projeto Inclusão & Ação, Rachel Carneiro e do Assessor de Comunicação Social do IPPP, Luiz Marchesini.

Para 2007 estão abertas 150 vagas para os oito cursos oferecidos pelo projeto.

**Cerca de 800  
alunos se formaram  
no projeto de  
Inclusão Digital do  
IPPP em 2006**

# IPPP LANÇA CENTRAL DE CURSOS E PALESTRAS: CCP

**A**linhado aos objetivos das empresas de sucesso, a CENTRAL DE CURSOS E PALESTRAS visa o aprimoramento profissional daqueles que almejam posições de destaque em seu campo de trabalho e que possam suprir as necessidades empresariais surgidas com os avanços das novas práticas de *business* neste século XXI. Esta iniciativa do IPPP procura atender a profissionais do meio empresarial nas áreas pública e privada, com o que há de mais moderno na área da pedagogia empresarial, por meio de cursos, treinamentos e palestras personalizadas e integradas à política de Recursos Humanos das empresas. A Central de Cursos e Palestras conta com palestrantes e consultores de altíssimo nível técnico e acadêmico, conhecidos nacional e internacionalmente.

## ENTRE AS PALESTRAS E CURSOS OFERECIDOS PODEMOS DESTACAR:

### NA ÁREA DE GESTÃO EMPRESARIAL:

- Jogos de Negócios / 24 h/a – Prof. Adélcio Sant’ana
- Gerenciando Grandes Contas / 24 h/a – Prof. Fernando Carvalho

### NA ÁREA DE GESTÃO DE PESSOAL:

- Gestão de Pessoas / 24 h/a – Profs. Ricardo Queiroz e Gustavo Bloog
- Comunicação Interpessoal / 24 h/a – Profs. Baltazar Melo e Gustavo Blog
- Técnica de Redação Oficial / 12h/a – Prof. Jefferson Beivis Jorge

### NA ÁREA DE MARKETING:

- Jogos de Marketing / 24 h/a – Prof. Adélcio Sant’ana
- Fundamentos de Marketing para Advogados e Profissionais de Escritórios de Advocacia / 24 h/a – Prof. Fernando Marchesini
- Fundamentos de Marketing para Empresários e Executivos / 24 h/a – Prof. Fernando Marchesini e Francisco Tavora
- Fundamentos de Marketing para Médicos e Profissionais de Saúde / 24 h/a – Prof. Fernando Marchesini

- Gestão Estratégica de Marketing / 24 h/a – Prof. Fernando Marchesini, Arão Sapiro, Carlos Alecrim, Carlos Mello Moyano e Ivagner Texeira
- Pesquisa de Marketing: Soluções Estratégicas / 24 h/a – Profª Sonia Koehler
- Pesquisa de Mercado / 24 h/a – Profª Sonia Koehler
- Marketing Viral / 24h/a – Profs. Omar Souki, Aarão Sapiro e Carlos Alecrim

### NA ÁREA DE GESTÃO DA COMUNICAÇÃO

- Mídia - como Planejar e Decidir Investimentos / 24 h/a – Profs. Omar Souki, Rita Martins e Augusto Masini
- Organização de Eventos / 24 h/a – Profª Rita Martins
- Planejamento e Operacionalização da Promoção / 24 h/a
- Publicidade e mídia / 24 h/a. – Profª. Rita Martins e Omar Souki
- Assessoria de Imprensa para área médica / 24h/a – Prof. Luiz Marchesini
- Comunicação Empresarial / 24 h/a – Prof. Luiz Marchesini

Veja mais cursos e informações em: [www.ippp.org.br/cursos](http://www.ippp.org.br/cursos)

Ou informe-se pelos telefones: (21) 2544-6672 e (21) 2533-0504